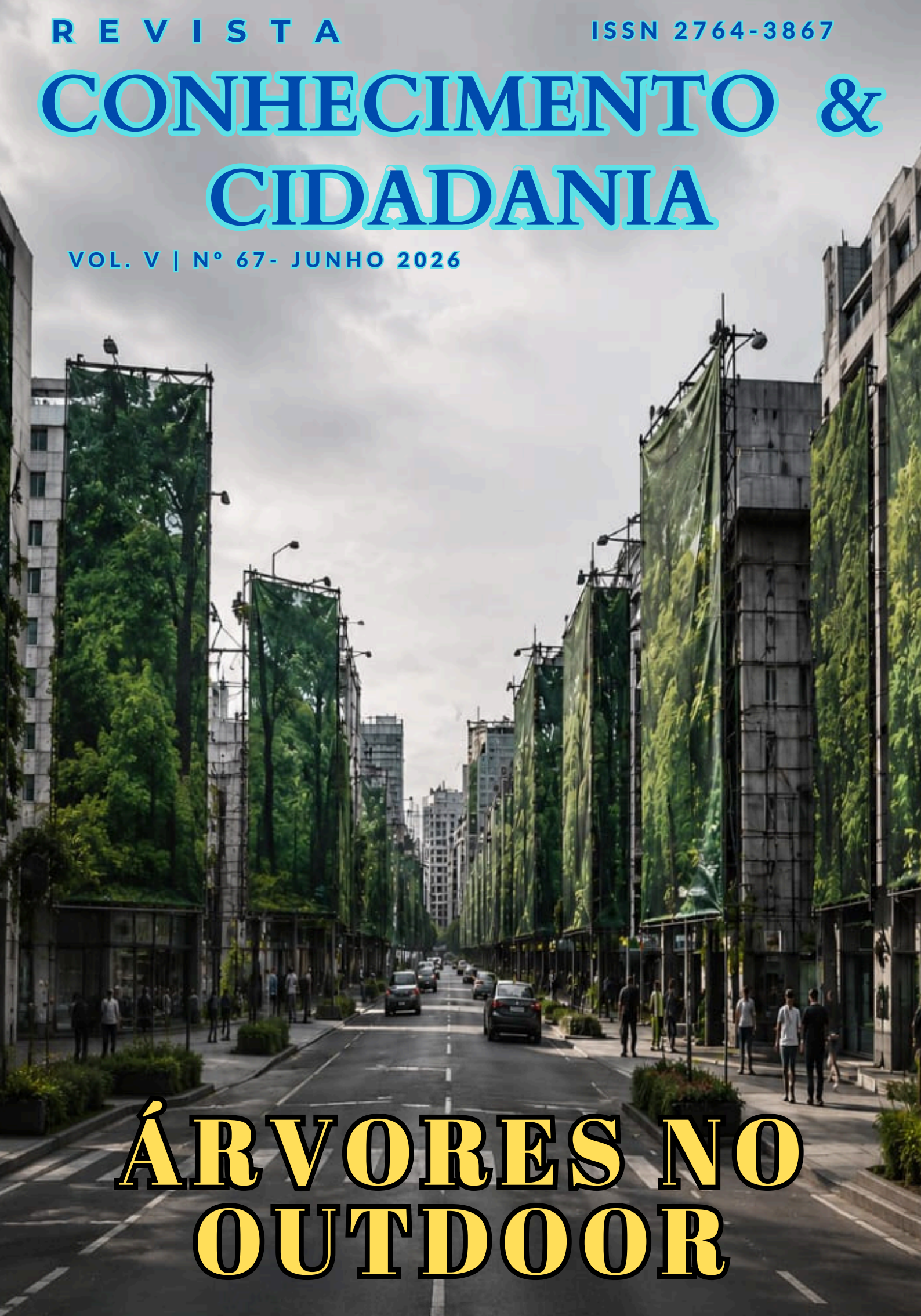


R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. V | Nº 67- JUNHO 2026

A photograph of a city street with buildings covered in green vertical gardens. The street is lined with tall buildings, and the facades are covered in lush green plants. People are walking on the sidewalks, and cars are driving on the road. The sky is overcast.

ÁRVORES NO
OUTDOOR

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Designer de capa
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Edson Araujo
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentoecidadania.com



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. V – Nº 67
Junho de 2026
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, professor de Direito, idealizador do projeto Direito nas Escolas, autor do livro: Direito nas Escolas e Diretor na Associação Brasileira de Juristas Conservadores

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

EDSON ARAUJO

Palestrante, estudante de filosofia e teologia.

Árvores no outdoor



A personagem Meryl Burbank, interpretada pela atriz Laura Linney, no filme *O Show de Truman* (*The Truman Show*), cumpria o papel de esposa do protagonista Truman Burbank, vivido por Jim Carrey. O enredo apresentava um homem que além de personagem central do filme, ocupava a mesma posição em um programa de televisão que retratava a sua vida cotidiana, recebendo, interessantemente, o mesmo nome do filme real.

A peça dentro da peça não tinha uma trama rebuscada, pois Truman Burbank não interpretava, pois desconhecia viver uma encenação, ignorando que fora inserido, mesmo antes de seu nascimento, em um ecossistema criado para comportar o show. As pessoas assistiam a vida de um homem que foi aprisionado por mentiras e interagia com atores em um ambiente controlado sem poder imaginar sua real condição. Mesmo as condições climáticas eram controladas por uma central da qual o diretor do programa agia como se fosse uma espécie de deus daquela farsa.

Meryl Burbank, que sabia não ser real a sua relação marital com protagonista, tratou de aferir vantagens em razão da grande audiência do programa e de sua constante aparição, fazendo flagrantes exposições desnecessárias de produtos quando interagia com o esposo ficcional em evidente prática publicitária incutida na programação. Não era algo discreto e, com o passar do tempo, tornava-se cada vez mais evidente que Meryl não falava de um determinado produto com naturalidade, posto que, precisava

instigar os espectadores em relação aos produtos que anunciava, chamando a atenção de Truman devido ao jeito artificial como fazia tais propagandas.

A publicidade depende da comunicação e seu intuito é cativar a atenção de um público alvo para que adira a uma ideia que o publicitário deseje propagar, seja a compra de um bem, a aceitação de uma proposta, a arregimentação em um grupo ou a adesão de um novo costume.

Quando o público alvo deseja aquilo que a publicidade oferece, o único objetivo é expor que o objeto ora desejado está à disposição, a tarefa se torna simples como iluminar um caminho pelo qual o agente já pretendia seguir.

Por outro lado, quando o público alvo não tem um interesse prévio pelo objeto da publicidade, far-se-á necessário convencer tal público a desejar aquilo que o publicitário tem a oferecer, usando diversos métodos para atingir o sucesso. No processo de convencimento, o esforço empregado pode demorar a trazer resultados, logo, aquele que promove algo precisa ter em mente que o resultado imediato, quando preciso convencer, dificilmente será alcançado.

Não havendo um desejo preexistente, é necessário criar a demanda para atender a oferta. Um fluxo invertido no qual o produto não atende a um anseio, mas a vontade em adquiri-lo é artificialmente injetada. O público alvo é instigado a desejar aquilo que o publicitário se comprometeu a fornecer sem que houvesse uma demanda, satisfazendo a oferta de algo que não era realmente desejado. No jargão popular, empurrar algo que ninguém quer.

Para que alguém consuma algo que não deseja, é preciso que seja convencido de que tal objeto, seja material ou não, lhe é útil, seja um substituto superior ao seu desejo original ou o trará ganho indireto. Embarcações são úteis para cruzar grandes rios e mares, a lâmpada elétrica foi um substituto superior às velas, ao passo que, peças de joalheria adornam seus usuários para lhes dar verniz de maior poder aquisitivo, embora não tragam um benefício direto senão o status.

No lado obscuro da moeda, a injeção artificial de demanda faz com que o público alvo deseje algo que lhe é prejudicial usando a farsa como artifício, fazendo com que a oferta de algo não desejado e nocivo seja atendida em razão da mentira contida em sua publicidade.

Algo nocivo pode ser propagado como útil quando seu rótulo esconde sua real natureza. Um bom exemplo é o socialismo, ideologia que se divulga como meio de promover a igualdade e justiça social quando sua essência é o autoritarismo e a miséria. O comunismo ou socialismo, ambos os termos são aqui empregados como sinônimo de forma proposital, promete o paraíso na terra, mas se provou uma experiência infernal todas as vezes que foi colocado em prática. Uma farsa que arregimenta os incautos em momentos de fragilidade, frágeis por natureza ou gananciosos demais para enxergar a armadilha, até

que os aprisiona em um sistema maldito que propaga inveja, ódio e degradação. O socialismo não é útil, tampouco um substituto para outros sistemas, mas se vende como necessário ao passo que exige de seus arregimentados a propagação de suas ideias e, principalmente, a imposição de seus dogmas tiranos em relação aos que não acreditaram em seu rótulo falso.

Como o óleo de soja e a margarina, que precisaram demonizar a banha e a manteiga para serem objeto de desejo, o socialismo culpa falsamente o capitalismo pelo infortúnio de alguns sem, contudo, apresentar uma solução real para os problemas apontados. Em verdade, sua única solução para a desigualdade é fazer da miséria, econômica e moral, uma regra a quase todos imposta, tendo em vista que seus líderes, incapazes de suportar os males que impõe aos outros, jamais experimentam as privações que os demais devem suportar pelo prometido bem da coletividade.

Um propagandista do socialismo sofre de uma debilidade intelectual ou de caráter tão aguda que ignora o fato de todos os líderes socialistas se banquetearem enquanto os que estão sujeitos ao regime são assolados pela miséria.

Promotores do socialismo nunca se furtaram a expor crianças famintas no continente africano como consequência do capitalismo, mas omitiam o fato de a maioria dos países miseráveis daquele continente ter aderido às ideias socialismo, o chamado socialismo africano, para transferir a imagem de sua abjeta realidade, justamente, para o sistema que se propôs substituir.

No ano de 2008, o regime socialista chinês foi o anfitrião dos jogos olímpicos e, como esperado, vestiu um rótulo para iludir aqueles que admiravam o evento. Colocando árvores em outdoors espalhados pela cidade que sede criava a falsa impressão de que o ambiente era mais arborizado, portanto, mais acolhedor do que realmente era.

A mentira impede que o público alvo conheça a natureza daquilo que encoberto pelo rótulo que o atraiu, por tal motivo, a propaganda precisa distorcer a perspectiva dos indivíduos para que algo nocivo lhe seja atrativo.

A chamada agenda woke, que incuti ideais identitários em obras de ficção, se aproveita do desejo por cultura, em especialmente a de grande difusão, para promover sua visão. Como exemplo, produções como filmes de super-heróis foram inundadas de ideias identitários, deixando os espectadores cada vez mais frustrados, ou até irritados, ao verificarem que eram enganados, haja vista que, atraídos por um rótulo que os agradava, pois estavam ali para assistir aventuras de heróis, recebiam “lições” para se adaptarem à agenda progressista.

A diversão prometida na embalagem era substituída pelo proselitismo identitário decepcionando o público alvo tão logo percebesse que caíra em uma armadilha, não por acaso, boa parte das obras de

ficção que receberam injeções de ideais progressistas se aproveitavam de uma fama preestabelecida, desfigurando personagens e crônicas tarimbadas para transformá-las em meras propagandas.

Diante da clara rejeição, seguindo o costume dos desonestos, os propagandistas da agenda woke passaram a negar sua existência, alegando se tratar de teórico da conspiração qualquer um que apontasse indícios de proselitismo identitário em obras. Negar suas práticas e imputar uma falsa visão transtornada aos que a percebem é uma prática recorrente no meio progressista, que é vertente revolucionária.

A política autodenominada como Diversidade Equidade e Inclusão, sigla DEI, é uma farsa que serve apenas ao proselitismo progressista, não havendo diversidade alguma ao promover que as produções culturais devem se adequar ao pensamento de um determinado grupo, não traz equilíbrio por tratar figuras e conceitos identitários como únicos detentores de virtudes, bem como, não promove a inclusão ao negar que os indivíduos não acolhidos pela agenda sejam enaltecidos.

Conforme corroía produções culturais e era implantada em diversas organizações públicas e privadas, mesmo contra a vontade de muitos, a política DEI, naturalmente, virou objeto de rejeição, mais uma vez, sua existência era negada em determinadas oportunidades. Nos órgãos públicos, a agenda avançava em detrimento da vontade popular, ao passo que, nas instituições privadas que se recusavam a aderir, foram impostas medidas por agentes públicos ou midiáticos.

Perseguições de todos os tipos foram impostas em nome de tal política, citamos o caso da empresa de consultoria DEI, denominada Sweetbaby, que supostamente ameaçou uma produtora de jogos eletrônicos chinesa, exigindo que se curvasse à mencionada política e contratasse seus serviços. Aparentemente, uma conveniente associação entre ideologia e ganho financeiro do jeitinho que os revolucionários gostam.

Recentemente, uma fabricante de colchões no Brasil foi pressionada pelo poder público por não ter, em seus quadros de direção, uma equipe “diversificada” como a política progressista deseja, pois falta de homens ou brancos parece não ser uma ausência de diversidade que justifique a intervenção do Estado.

Com os exageros do identitarismo, a rejeição se tornou cada vez maior e movimentos de reação surgiram naturalmente. Na cultura pop, os fãs começaram a apontar aquilo que, inicialmente acreditavam se tratar de erros, mas que se provou uma intencional instrumentalização da cultura para promover os ideais identitários, indicando a presença de um ativismo que consumia o entretenimento, transformado em mera propaganda progressista. Alertaram para a corrupção das obras e viam que nem mesmo as destinadas ao público infantil escapavam, mas foram ignorados, pois havia a intenção de corromper para mudar o comportamento através da ficção e os produtos destinados às crianças eram sim peças importantes em tal processo.

Leandro Costa

Em uma segunda fase, ridicularizaram a evidente propaganda e começaram a boicotar as obras com tais inclinações, no Brasil, tal movimento foi encabeçado por figuras proeminentes nas redes sociais e plataformas de mídia difusas que acabaram se reunindo em um grupo que absorveu o apelido, inicialmente pejorativo, de “nerdolas”.

No âmbito da imprensa, o proselitismo revolucionário foi tão evidente que jogou os principais meios de comunicação em descrédito, chegaram a formar um cartel para manipular a informações durante a pandemia, que se denominou de “consórcio de imprensa”, cuja única finalidade era combinar o quê podia, ou não, ser dito durante aquele período. Tal cartel parece não ter se dissolvido, tendo em vista a clara sincronia nas matérias, abafando ou minimizando quando determinado espectro político toma atitudes ou se pronuncia de forma reprovável, ao passo que superestima aquilo que acredita causar dano à imagem de uma oposição a quem rejeita.

A publicidade tomou conta do roteiro, seja na ficção ou na vida real, e os rótulos falsos buscam vender problemas como soluções e venenos como remédios, contudo, aquele que é incapaz de distinguir as árvores nos outdoors das reais acabará pagando o preço por se deixar guiar em direção ao abismo. Seguir a velha imprensa que há muito se tornou mera agência de publicidade, nos dias atuais, é uma escolha e não existem escusas aos que se negam a enxergar aquilo que lhe foi esfregado nas fuças.

O compromisso da velha imprensa com seu espectro político, sim, a imprensa assumiu ser parte integrante de um grupo político, a faz distorcer aquilo que chama de notícia para servir como meio de difusão de seus ideais e promover sua ideologia, portanto, merece a mesma rejeição que as obras de ficção que igualmente se corromperam.

A chamada liberdade de imprensa, que deveria ser dada a cada indivíduo em razão da informação descentralizada, alcançando apenas um grupo, como é na atualidade, mitiga a liberdade de expressão e a entrega a uma oligarquia parasitária que luta para sobreviver através do monopólio, associando-se ao poder público e financeiro para que aqueles persigam e intimidem os que não integram o cartel de comunicação, em troca, a imprensa tradicional se transformou em uma grande agência publicitária dos detentores do poder, talvez sempre tenha cumprido tal papel, mas como Meryl Burbank, perdeu a vergonha e passou a fazer sua propaganda de forma escancarada.

Leia também: [Amizade ou perseguições](#)

Quando a Sirene Tocar

Madrugada do dia 20 de junho de 2026, Brasil.

Algo pouco comum acontece.

Um alerta máximo com sirene nos celulares de moradores de vários estados.

Noite fria, mas sem chuva.

E, de repente, surge na tela uma palavra estranha, quase enigmática: “misanthropi4”.



Muitos ficaram confusos, sem entender o que estava acontecendo, alguns já dormiam. Para muitos, aquilo parecia um código secreto, uma mensagem oculta, algo misterioso. Mas, na verdade, tratava-se apenas de uma distorção da palavra *misanthropia*, que significa aversão à humanidade, um termo completamente fora de contexto para um alerta oficial. Seria uma invasão alienígena???

A sirene rompeu o silêncio da noite, soou mesmo em aparelhos no silencioso e despertou pessoas que não esperavam nenhum aviso.

Mas, curiosamente, nem todos receberam a notificação: alguns foram sacudidos do sono, outros apenas ouviram relatos pela manhã, e muitos sequer perceberam que algo havia acontecido. Em alguns casos, além do alerta, houve quem recebesse também SMS ou mensagens em aplicativos, o que aumentou ainda mais a sensação de caos.

Mas afinal, o que de fato acontecia???

A verdade é que o sistema oficial de alertas da Defesa Civil havia sido invadido por hackers, que dispararam notificações de emergência para milhões de celulares. Um ataque coordenado, inesperado e, claro, totalmente fora dos protocolos.

Mais um detalhe chamou atenção, enquanto muitos foram despertados abruptamente, outros não receberam alerta algum.

A tecnologia falhou.

O sistema foi violado.

E, ainda assim, esse acontecimento nos oferece uma poderosa reflexão; porque, mesmo quando o alerta é falso, o despertar pode ser verdadeiro.

E, embora esse episódio pertença ao campo da segurança digital, ele acaba revelando algo profundamente espiritual. Assim como aquele alerta alcançou alguns, mas não chegou a todos, também os sinais de Deus não são percebidos da mesma forma por todas as pessoas. Há corações sensíveis que despertam ao menor sopro do Espírito; há outros que permanecem indiferentes, como se nada tivesse acontecido; há aqueles que, mesmo diante de evidências claras, não conseguem discernir o que Deus está dizendo; e há ainda os que dormem tão tranquilos, com a consciência tão tranquila, que simplesmente continuam repousando no famoso “sono dos justos”. Jesus já havia antecipado essa realidade quando declarou: “Quem tem ouvidos para ouvir, ouça.” (Mt 11,15).

Alguns despertam, outros se incomodam, e outros simplesmente continuam dormindo. E é justamente essa diferença de percepção que torna o episódio da madrugada uma metáfora tão poderosa para a volta de Cristo.

A Palavra nos mostra isso em várias histórias. A parábola das dez virgens, revela essa mesma verdade espiritual: todas aguardavam o noivo, todas tinham lamparinas, todas conheciam a promessa, mas somente cinco estavam preparadas quando o anúncio finalmente ecoou. O Evangelho relata: “*As prudentes levaram óleo nas vasilhas, junto com as lâmpadas*” (Mt 25,4), enquanto as imprudentes, mesmo tendo ouvido o mesmo chamado, não tinham óleo suficiente.

O mesmo aparece nos dias de Noé, quando a humanidade recebeu um aviso, mas apenas uma pequena parte levou a sério a palavra de Deus; como diz o livro do Gênesis, “*Noé fez tudo conforme o Senhor lhe havia ordenado*” (Gn 6,22), enquanto o restante ignorou o alerta até que fosse tarde demais. E ao longo de toda a história da salvação, vemos profetas levantados por Deus (Isaías, Jeremias, Ezequiel) proclamando a verdade, mas encontrando corações endurecidos que, como diz o Senhor pela boca de Isaías, “*ouvem, mas sem compreender; olham, mas sem perceber*” (Is 6,9).

Assim, a desigualdade do alerta daquela madrugada não é apenas um fenômeno tecnológico; é um espelho espiritual. Alguns despertam ao menor sussurro, outros só acordam quando o ruído é ensurdecedor, e muitos permanecem adormecidos. A fé nos ensina que a graça é oferecida a todos, mas nem todos a acolhem com a mesma abertura. Por isso, a pergunta que ecoa não é porque alguns ouviram e outros não, mas se nós estamos entre aqueles que, quando Deus falar, realmente iremos acreditar. Se iremos nos desesperar ou estaremos preparados.

Juliette Oliveira

Assim como o alerta hackeado chegou a uns e não a outros, os sinais espirituais também não chegam igualmente ao coração humano.

Muitos acreditam que podem viver com a alma no silencioso.

Acham que podem desligar a consciência.

É claro que, apesar de tirarmos uma reflexão espiritual do ocorrido, ninguém aqui está dizendo que o alerta daquela madrugada foi algum tipo de sinal místico vindo do céu. Nada disso. O episódio teve uma explicação perfeitamente racional. O celular possui um modo de alerta extremo, capaz de tocar mesmo com o aparelho no silencioso, desligado ou em modo “não perturbe”. Além disso, a própria Defesa Civil possui autorização para enviar alertas severos que aparecem direto na tela, sem depender de internet, aplicativo ou qualquer configuração especial. Ou seja, não foi um anjo tocando trombeta, foi tecnologia mesmo (hackeada) que, aliás, muita gente nunca tinha parado para configurar.

Então, fica a dica: se você quiser garantir que essa função esteja realmente ativada no seu celular, basta abrir as configurações, entrar na seção de notificações, procurar por “Alertas de Emergência sem Fio” (Wireless Emergency Alerts) e habilitar opções como “Alerta Severo” e “Alerta de Teste”. É simples, é técnico e é totalmente racional. Portanto, sim, o alerta daquela madrugada teve impacto, sim, gerou susto, sim, fez muita gente repensar a vida por alguns segundos; mas não teve absolutamente nada de sobrenatural.

O ponto de atenção está justamente nisso: Deus não precisa violar sistemas, hackear servidores ou disparar notificações para nos lembrar da vigilância espiritual. Ele fala pela Palavra, pela consciência, pelo discernimento que Ele mesmo nos deu. O alerta foi humano, falha técnica; a reflexão que o acontecido desperta, essa sim, é divina.

Mas o alerta daquela madrugada provou algo: *“há avisos que ultrapassam o silencioso”*. E espiritualmente, Deus também fala assim.

“Desperta, tu que dormes, levanta-te dentre os mortos, e Cristo te iluminará.” (Ef 5,14)

Leia também: [Acorda, meu irmão! Acorda, Brasil!](#)

O correio da liberdade



John Stuart Mill (1806–1873), um dos principais pensadores do liberalismo clássico, desenvolveu em sua obra *Sobre a Liberdade* (On Liberty, 1859) uma das formulações mais influentes da liberdade individual na tradição ocidental. Utilitarista, Mill compreendia a liberdade como condição essencial para o desenvolvimento das capacidades humanas e para o florescimento da vida em sociedade.

Sua ideia mais conhecida é o chamado Princípio do Dano: o único motivo legítimo para que o Estado ou a sociedade restrinjam coercitivamente a liberdade de alguém é impedir dano a terceiros. Ações cujos efeitos recaem predominantemente sobre o próprio indivíduo devem, em regra, permanecer livres — ainda que consideradas imprudentes, excêntricas ou moralmente questionáveis.

Mill atribuía enorme importância à individualidade, aos “experimentos de vida” e à liberdade de pensamento e expressão. Para ele, uma sociedade excessivamente intervencionista enfraquece o senso de responsabilidade, sufoca a diversidade humana e reduz a capacidade de progresso moral e intelectual.

Mas existe um aspecto frequentemente negligenciado: a liberdade em Mill não elimina limites; ela depende deles. O indivíduo só pode expandir sua esfera de ação porque existe uma ordem social que protege as pessoas contra agressões, fraudes, coerções e violações de direitos.

É justamente nesse ponto que o pensamento de Max Weber (1864–1920) oferece um complemento útil.

Se Mill se perguntou quais são os limites morais da liberdade, Weber procurou entender quais são as condições institucionais que tornam possível a existência da ordem política. Sua formulação clássica afirma que o Estado moderno é a entidade que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da força dentro de determinado território.

Mauricio Motta

Isso não significa que apenas o Estado exerça força. Significa que cabe ao Estado estabelecer quais usos da coerção são legítimos e quais devem ser contidos ou punidos. Em outras palavras: a liberdade civil depende de uma autoridade reconhecida como legítima para aplicar regras comuns.

Sob essa perspectiva, liberdade individual e autoridade estatal não são necessariamente conceitos opostos. Em certa medida, uma sustenta a outra.

Essa combinação entre Mill e Weber oferece uma lente interessante para observar debates contemporâneos no Brasil.

A declaração de Lula e a percepção pública sobre responsabilidade e autoridade

"Eu sei que rico não compra telefone roubado, mas eu sei que os pobres compram. Quem é que não gosta de comprar uma coisinha barata? Todo mundo gosta. (...) "Entretanto, essa inquietação econômica de quem está com o telefone roubado mexeu com a minha cabeça. (...) Eu ia apertar um botãozinho e passar uma mensagem dizendo que todos os dois milhões e meio de pessoas que estão com o celular roubado têm que devolver. Precisa devolver porque ele pode estar cometendo um delito e, se ele for pego, ele pode sofrer uma punição desnecessária. (...) Nós temos o cadastro, o endereço e o chassi de 2,5 milhões de celulares roubados. Nós não sabemos quem

roubou, mas sabemos que os telefones foram roubados. (...) Porque, devolver na delegacia, as pessoas têm até medo porque não sabem o tipo de delegado que vai encontrar, ou o tipo de policial. Então vamos tentar que a gente vá no Correio" (Luiz Inácio Lula da Silva em 10/06/2026).



A recente declaração do presidente Lula, ao anunciar um programa de mensagens destinadas a aparelhos roubados ou furtados, provocou debate público. Ao defender que a devolução pudesse ocorrer preferencialmente pelos Correios, argumentou que algumas pessoas poderiam sentir receio de comparecer às delegacias, por não saberem “o tipo de delegado” ou “o tipo de policial” que encontrariam. Também

Mauricio Motta

observou que consumidores de menor renda poderiam sentir maior atração por produtos de preço reduzido, mesmo sem origem plenamente regular.

A intenção declarada da medida pode ser interpretada como pragmática: facilitar a recuperação dos aparelhos e ampliar a adesão ao programa. Entretanto, a formulação adotada abre espaço para um questionamento mais amplo.

Sob uma leitura inspirada em Mill, furto, roubo e receptação constituem danos claros a terceiros. Não se trata apenas da perda patrimonial imediata: existe quebra de confiança, incentivo econômico ao crime e redução concreta da liberdade das vítimas.

Ao mesmo tempo, sob uma perspectiva próxima de Weber, a resposta ao dano exige instituições que sejam percebidas como legítimas e dignas de confiança para exercer sua função coercitiva.

É nesse ponto que surge a preocupação central.

Quando o discurso público enfatiza o desconforto ou o receio daquele que participa da cadeia ilícita antes de reafirmar com igual clareza a responsabilidade pelo ato e o papel das instituições encarregadas de aplicar a lei, corre-se o risco de produzir uma mensagem ambígua.

Ainda que não exista intenção de justificar a receptação nem de desautorizar as forças de segurança, a comunicação institucional pode transmitir a percepção de que o contato com o aparato estatal é um problema maior do que a própria infração.

Essa percepção importa.

Associações representativas da polícia civil reagiram criticamente à declaração, argumentando que generalizações sobre delegados e policiais tendem a enfraquecer a confiança pública em instituições responsáveis pela recuperação de bens e pela aplicação da lei.

Mais do que um debate operacional sobre devolução de celulares, está em jogo algo mais profundo: a percepção social sobre quem carrega o ônus moral da situação.

Responsabilidade individual, legitimidade institucional e o risco da erosão gradual

Mill insistia que liberdade exige responsabilidade por escolhas que afetam terceiros. Weber lembraria que nenhuma ordem política se sustenta sem reconhecimento da legitimidade das instituições encarregadas de fazer cumprir normas comuns.

Isso não significa ignorar fatores econômicos, desigualdades ou dificuldades reais enfrentadas por parte da população. Compreender circunstâncias não equivale a dissolver responsabilidades.

Uma sociedade moderna depende de um equilíbrio delicado: preservar humanidade sem relativizar normas; ampliar acesso sem enfraquecer autoridade; reduzir atritos burocráticos sem deslocar o centro moral da responsabilidade.

Mauricio Motta

Quando esse equilíbrio se rompe e o discurso público parece aplicar tolerância desigual ao descumprimento das regras, surge um risco menos visível do que a criminalidade imediata: a erosão gradual do consenso civilizacional que sustenta a convivência social.

O problema não é ausência completa de Estado nem colapso institucional súbito. O risco mais plausível é outro: a substituição progressiva da confiança nas instituições por arranjos informais, medo cotidiano e acomodação social diante da ilegalidade.

Uma sociedade livre não depende apenas de limitar o poder estatal. Ela também depende de preservar a legitimidade das instituições que impedem que o dano, a violência e a imposição privada substituam o império das regras comuns.

Segurança, responsabilidade individual e proteção das vítimas não são obstáculos à liberdade. São parte das condições que permitem que ela exista.

"Que diremos, então, sobre tantas decisões populares de caráter prejudicial e abominável? Não são mais dignas do nome de lei se ladrões as houverem aprovado. Pois não se chamará prescrições médicas a receitas mortíferas que ignorantes e incapazes fizeram em lugar de remédios eficazes; e, do mesmo modo, não se chamará lei a qualquer decisão de um povo, mesmo quando este o houver aprovado, apesar de ser perigoso. Logo, a lei é uma diferença entre o justo e o injusto, feita de acordo com a Natureza, ou melhor, com a mais antiga e essencial de todas as coisas; e à Natureza sujeitam-se as leis humanas, que ameaçam os maus com o castigo, enquanto defendem e protegem os bons". (Marco Tulio Cícero, Das Leis).

Leia também: [DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA](#)

Escolham suas armas e deixe seu legado!!



Nesta Edição, quero trazer um paralelo entre duas pessoas, dois contextos de vida semelhantes, negros, pobres escravizados, filhos de escravizados, numa época em que o preconceito e o racismo eram dominantes em várias linhas da sociedade; porém fizeram escolhas diferentes de vida.

Antes que digam que é a exceção, há muitos outros (centenas) que eu poderia trazer para este paralelo, mas uma pequena pesquisa na Internet já responderia que de fato:

A VIDA É FEITA DE ESCOLHAS!!

Luiz Gonzaga Pinto da Gama, nasceu em 21/06/1830 em Salvador - Bahia

Filho de um homem branco com uma mulher negra, sua mãe desapareceu após o envolvimento com algumas revoltas, seu pai o vendeu como escravo aos 10 anos para pagar dívidas.

José Francisco dos Santos, nasceu em Salvador- Bahia, 4/10/1771, Filho de pai branco e mãe indígena. Foi genro de José Francisco dos Santos, africano e um dos homens mais ricos do seu tempo escolheu ser traficante de escravos após largar a carreira de alfaiate tornando-se um dos maiores traficantes transatlântico de escravos da história.

Duas vidas que participaram de um mesmo contexto social, sombrio e desumano: A escravidão.

Ambos inteligentes, esforçados, trabalhadores, cheios de qualidades e parte de uma classe social segregada, Porém diante de uma oportunidade de escolha tomaram decisões que os levaram a caminhos totalmente opostos.

Zé alfaiate como era conhecido, após conquistar sua liberdade com esforço próprio decide então usar seu prestígio para entrar no mercado de tráfico de seres humanos escravizados.

Edson Araujo

Já Luiz Gama, escolheu dedicar-se à alforria daqueles que como ele sofrera, sofriam as mazelas da escravidão.

Atuando como Rábula, (advogado sem diploma acadêmico) entregou sua vida de forma voluntária a este nobre propósito: Libertar seres humanos das garras da escravidão; obtendo sucesso em mais de 500 casos.

Ao contrário de Zé alfaiate lutou de forma ferrenha e heroica contra os escravagistas que tornaram-se seus inimigos mortais.

Zé alfaiate, vendo de perto o berço da terra que promoveu tamanha desumanidade, não escolheu repelir, mas juntou-se a eles inspirado por outros que também foram pelo mesmo caminho como, Francisco Paulo de Almeida o barão de Guaraciaba e Joaquim Pereira Marinho.

Ele, Zé alfaiate, tornou-se um dos homens mais ricos do mundo, já que tornou-se genro de Francisco Félix de Souza, o maior traficante de escravos da África.

A pergunta que fica é: Qual o elemento que diferenciou a escolha de cada um desses personagens da história, mesmo vivendo contextos tão semelhantes?

Seja como for, o que fica provado é que pode-se fazer escolhas acertadas mesmo em meio a tantos momentos extremamente desfavoráveis da vida, com certeza os valores cristãos que Luiz Gama teve contato podem ter feito toda a diferença, já que José Francisco, talvez não tivesse uma educação com base em quaisquer valores que promovesse o humanismo.

Zé alfaiate morreu em idade avançada, 94 anos, como um dos homens mais ricos do seu tempo, deixou 53 viúvas, 80 filhos e 12 mil escravos, com tudo não parecia ter uma família; até hoje seus descendentes vivem da riqueza de sua fortuna deixada no Benin, antigo reino de Daomé.

Já Luiz Gama, morreu ainda jovem, aos 52 anos, não deixou fortuna(material),mas tinha sua família, inspirou grandes nomes da história abolicionista e geral do Brasil, como os irmãos André e Antônio Rebouças que inauguraram uma nova era da infraestrutura do Brasil.

Como engenheiros foram responsáveis por obras como as docas D. Pedro Segundo, a alfândega e a estrada de ferro Curitiba X porto de Paranaguá; todas feitas e inauguradas com uma condição inegociável:

Mão de obra livre e assalariada.

Pois bem, escolham as armas!! Pois a luta pelos valores humanos é certa, heroica e incansável... Nesse campo de batalha as armas farão toda a diferença pois o bem sempre vence o mal.

Que Deus abençoe nossa jornada!!

Leia também: [Um mundo novo e melhor chegará, se...](#)

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoecidadania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidadania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



